

# Uma política pública de educação legislativa: Avaliação de egressos do Mestrado em Poder Legislativo

**Rommel Gomes Resende**

---

Rildo Cosson

Coletânea de Pós-Graduação, v.5, n.1  
**Políticas Públicas**



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  

---

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

**MINISTROS**

José Mucio Monteiro (Presidente)

Ana Arraes (Vice-presidente)

Walton Alencar Rodrigues

Benjamin Zymler

Augusto Nardes

Aroldo Cedraz de Oliveira

Raimundo Carreiro

Bruno Dantas

Vital do Rêgo

**MINISTROS-SUBSTITUTOS**

Augusto Sherman Cavalcanti

Marcos Bemquerer Costa

André Luís de Carvalho

Weder de Oliveira

**MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TCU**

Cristina Machado da Costa e Silva (Procuradora-Geral)

Lucas Rocha Furtado (Subprocurador-geral)

Paulo Soares Bugarin (Subprocurador-geral)

Marinus Eduardo de Vries Marsico (Procurador)

Júlio Marcelo de Oliveira (Procurador)

Sérgio Ricardo Costa Caribé (Procurador)

Rodrigo Medeiros de Lima (Procurador)



**Instituto Serzedello Corrêa**  
Escola Superior do Tribunal de Contas da União

**DIRETOR GERAL**

Fábio Henrique Granja e Barros

**DIRETORA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS,  
PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**

Flávia Lacerda Franco Melo Oliveira

**CHEFE DO DEPARTAMENTO DE  
PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**

Clémens Soares dos Santos

**CONSELHO ACADÊMICO**

Maria Camila de Ávila Dourado

Tiago Alves de Gouveia Lins Dutra

Marcelo da Silva Sousa

Rafael Silveira e Silva

Pedro Paulo de Moraes

**COORDENADOR ACADÊMICO**

Tiago Alves de Gouveia Lins Dutra

**COORDENADOR EXECUTIVO**

Georges Marcel de Azeredo Silva

**PROJETO GRÁFICO E CAPA**

Núcleo de Comunicação - NCOM/ISC

# Uma política pública de educação legislativa: Avaliação de egressos do Mestrado em Poder Legislativo

Rommel Gomes Resende

Monografia de conclusão de curso submetida ao Instituto Serzedello Corrêa do Tribunal de Contas da União como requisito parcial para a obtenção do grau de especialista.

**Orientador(a):**

Rildo Cosson

**Banca examinadora:**

Ricardo Senna Guimarães

## REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

RESENDE, Rommel. **Uma política pública de educação legislativa**: avaliação de egressos do Mestrado em Poder Legislativo. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Avaliação de Políticas Públicas) – Escola Superior do Tribunal de Contas da União, Instituto Serzedello Corrêa, Brasília DF. 55 fl.

## CESSÃO DE DIREITOS

NOME DO(A) AUTOR(A): Rommel Gomes Resende

TÍTULO: Uma política pública de educação legislativa: avaliação de egressos do Mestrado em Poder Legislativo

GRAU/ANO: Especialista/2020

É concedido ao Instituto Serzedello Corrêa (ISC) permissão para reproduzir cópias deste Trabalho de Conclusão de Curso e emprestar ou vender tais cópias somente para propósitos acadêmicos e científicos. Do mesmo modo, o ISC tem permissão para divulgar este documento em biblioteca virtual, em formato que permita o acesso via redes de comunicação e a reprodução de cópias, desde que protegida a integridade do conteúdo dessas cópias e proibido o acesso a partes isoladas desse conteúdo. O autor reserva outros direitos de publicação e nenhuma parte deste documento pode ser reproduzida sem a autorização por escrito do autor.

---

Rommel Gomes Resende

[rommel.resende@camara.leg.br](mailto:rommel.resende@camara.leg.br)

### Ficha catalográfica

Resende, Rommel

Uma política pública de educação legislativa: avaliação de egressos do Mestrado em Poder Legislativo / Rommel Resende; orientador, Rildo Cosson, 2020.

55 p.

Monografia (especialização) – Instituto Serzedello Corrêa, Curso de Especialização em Avaliação de Políticas Públicas, Brasília, 2020.

Inclui referências.

1. Políticas públicas. 2. Educação legislativa. 3. Escolas do legislativo. 4. Mestrado profissional. 5. Avaliação de egressos. I. Cosson, Rildo. II. Instituto Serzedello Corrêa. Especialização em Avaliação de Políticas Públicas. III. Título.

# **Uma política pública de educação legislativa: Avaliação de egressos do Mestrado em Poder Legislativo**

**Rommel Gomes Resende**

Trabalho de conclusão do curso de pós-graduação *lato sensu* em Avaliação de Políticas Públicas realizado pela Escola Superior do Tribunal de Contas da União como requisito para a obtenção do título de especialista.

Brasília-DF, 31 de agosto de 2020.

**Banca Examinadora:**

---

Prof. Rildo Cosson, Dr.  
Orientador  
Universidade Federal da Paraíba

---

Prof. Ricardo Senna Guimarães, Msc.  
CEFOR

À minha Sarah...

## Agradecimentos

A Deus, pela vida e pela luz...

A meus pais, por todo apoio e incentivo desde sempre...

A minha Sarah, pelo amor e por simplesmente existir em minha vida...

A todos meus familiares (uma sobrinha, duas irmãs, quatro primos e cinco tios):  
você são poucos, mas são muito especiais pra mim...

Ao meu orientador, Dr. Rildo Cosson, pela paciência, inspiração e amizade,  
mesmo à distância. O percurso acadêmico é árduo, mas cheio de boas surpresas...

Ao professor Ricardo Senna, por todas as contribuições e observações sempre  
pertinentes...

À Câmara dos Deputados, pela permissão para a realização dessa pesquisa, e  
em especial aos companheiros da turma de posse em 17/01/2017, “transformados”  
pela realização de um sonho que sonhamos juntos...

Aos colegas de curso, por compartilharem bons momentos de crescimento e  
compartilhamento de propósitos. Que o sucesso nos acompanhe...

Aos amigos, todos, de perto e de longe, sempre presentes, mesmo que  
distantes...

## Resumo

Este estudo busca avaliar a importância do curso de Mestrado Profissional em Poder Legislativo para a formação dos egressos em sua trajetória profissional como servidores da Câmara dos Deputados. As técnicas utilizadas foram a aplicação de questionários e a análise dos resultados por meio de estatística descritiva e análise de variância, no intuito de contribuir para o avanço do conhecimento na área de educação legislativa, preenchendo uma importante lacuna identificada na literatura, uma vez que não foram encontrados estudos que explorem a avaliação de egressos de cursos de pós-graduação *stricto sensu* em instituições da administração pública brasileira. Sob o aspecto gerencial, este estudo apresentou um diagnóstico para os gestores da instituição, ao identificar a percepção dos egressos do Mestrado Profissional em Poder Legislativo, bem como uma contribuição social aos cidadãos brasileiros de forma geral, que são os “clientes” dos serviços e projetos prestados pela instituição. Por fim, limitações e sugestões para estudos ulteriores também são apresentadas.

**Palavras-chave:** educação legislativa; escolas do Legislativo; avaliação de egressos.

## Abstract

This study aims to evaluate the importance of the Professional Master in Legislative Power to the formation of graduates in their professional trajectory as workers of the Brazilian Chamber of Deputies. The methods employed were the applying of questionnaires and the results analysis by descriptive statistics and variance analysis, in order to contribute to the knowledge advancement in the legislative education area, fulfilling an important gap identified in the literature, since studies that explore graduates' evaluation in *stricto sensu* graduated courses in Brazilian public management were not found. Under the management aspect, this study presented a diagnosis to the institutional managers when identifying the perception of the Professional Master in Legislative Power graduates, as well a social contribution to the Brazilian citizens in general, which are the "customers" of the services and projects conducted by the institution. Finally, limitations and suggestions for future studies are discussed.

**Keywords:** legislative education; legislative schools; graduates evaluation.

## Lista de figuras

Figura 1 – Ano de publicação dos artigos.....	27
Figura 2 – Sociograma das relações de pesquisa.....	29
Figura 3 – Distribuição da frequência dos itens de avaliação.....	39
Figura 4 – Médias de percepção do item Q4 em relação à variável “Resultados obtidos no Mestrado” .....	43

## **Lista de quadros**

Quadro 1 – Escolas Legislativas por Unidade da Federação.....	22
---	----

## Lista de tabelas

Tabela 1 – Origem dos artigos publicados.....	26
Tabela 2 – Instituições de origem dos pesquisadores.....	28
Tabela 3 – Autores que mais publicaram.....	29
Tabela 4 – Classificação metodológica dos artigos.....	30
Tabela 5 – Natureza metodológica dos artigos.....	30
Tabela 6 – Instrumentos de coleta de dados utilizados.....	31
Tabela 7 – Local de trabalho na Câmara dos Deputados.....	33
Tabela 8 – Ocupação de Funções Comissionadas (FC).....	34
Tabela 9 – Complexidade das atividades desenvolvidas no trabalho.....	34
Tabela 10 – Grau de dificuldade para realizar o Curso.....	35
Tabela 11 – Resultados alcançados no Curso.....	35
Tabela 12 – Cursos realizados após o Mestrado.....	36
Tabela 13 – Dados estatísticos da avaliação do curso de Mestrado.....	37
Tabela 14 – Teste de Levene dos itens de avaliação.....	40
Tabela 15 – Análise de Variância (ANOVA) dos itens de avaliação.....	41
Tabela 16 – Diferença de percepção – Resultados obtidos no Mestrado.....	42

## Lista de abreviaturas e siglas

ABEL	Associação Brasileira de Escolas do Legislativo e de Contas
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
CEFOR	Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados

## Sumário

<b>1. Introdução.....</b>	<b>16</b>
<b>2. Fundamentação teórica.....</b>	<b>18</b>
2.1.A educação legislativa.....	19
2.2.As escolas do Legislativo.....	21
2.3.O Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (CEFOR).....	23
2.4.Produção acadêmica sobre educação legislativa.....	25
<b>3. Desenvolvimento.....</b>	<b>33</b>
3.1.Perfil dos respondentes.....	33
3.2.Avaliação do Curso.....	36
3.3.Análise da variância (ANOVA) dos itens de avaliação.....	39
<b>4. Considerações finais.....</b>	<b>45</b>
4.1.Síntese dos principais resultados.....	45
4.2.Contribuições acadêmicas e gerenciais.....	46
4.3.Limitações e recomendações para estudos futuros.....	47
<b>Referências bibliográficas.....</b>	<b>49</b>
<b>Anexo A – Questionário estruturado.....</b>	<b>51</b>

## 1. Introdução

Esta pesquisa se insere no contexto da avaliação de programas de treinamento, desenvolvimento e educação (TD&E) para servidores públicos oferecidos por escolas de governo que funcionam como instituições isoladas de ensino superior. Trata-se do esforço de formação de pessoal em nível mais elevado que exige altos investimentos financeiros das instituições públicas e, portanto, demanda a constante avaliação dos programas oferecidos, constituindo uma das formas de se justificar sua implementação (SENNA, 2011).

Nesse sentido, este trabalho também se insere no contexto da avaliação de políticas públicas, que abrange todas as atividades realizadas por uma gama de atores estatais e sociais com o intuito de determinar como uma política pública se saiu na prática, bem como estimar o provável desempenho dela no futuro, analisando tanto os meios utilizados, como os objetivos alcançados (WU; RAMESH; HOWLETT; FRITZEN, 2014).

O objeto de estudo é o Programa de Mestrado Profissional em Poder Legislativo, oferecido pelo Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (CEFOR), da Câmara dos Deputados, e o objetivo é investigar os impactos da formação obtida pelos egressos em suas trajetórias profissionais. Essas escolhas se justificam pelo fato de esse curso de mestrado constituir o programa de treinamento de mais alto nível acadêmico entre os cursos do CEFOR e, portanto, o que demanda maior aplicação de recursos humanos, financeiros e logísticos pela instituição. Dessa forma, o problema a ser enfrentado nesse trabalho pode ser resumido pela pergunta: que impacto profissional o Mestrado em Poder Legislativo causa em seus egressos?

Para responder a essa pergunta, buscou-se identificar a importância do curso para a formação do egresso na sua trajetória no campo da política pública de educação legislativa, verificando, por um lado, os reflexos percebidos pelos egressos em função de sua participação no curso, e, por outro, confrontando informações sobre a situação dos egressos anterior e posteriormente à realização do Mestrado em Poder Legislativo, relacionadas à situação funcional e aos resultados obtidos com a participação no curso.

Dessa forma, buscou-se realizar a avaliação da política pública por meio da concepção dos egressos, ou seja, os usuários do serviço, considerados como os atores não governamentais mais importantes nesse tipo de avaliação, por terem a experiência em primeira mão de como o programa em questão está funcionando na prática. A avaliação, portanto, é uma etapa fundamental do processo de políticas públicas, pois propicia o desenvolvimento de *benchmarks* e mensurações de desempenho, bem como a utilização dos resultados para o aprimoramento dos serviços avaliados. (WU; RAMESH; HOWLETT; FRITZEN, 2014).

Metodologicamente, este estudo pode ser classificado, quanto à finalidade, como pesquisa aplicada, uma vez que “abrange estudos elaborados com a finalidade de resolver problemas identificados no âmbito das sociedades em que os pesquisadores vivem” (GIL, 2010). Ademais, constitui uma pesquisa exploratória, pois busca maior familiarização com o objeto de estudo investigado.

Além da pesquisa bibliográfica e análise documental, durante o período de coleta de dados, foi aplicado questionário estruturado *online*, com perguntas fechadas (Anexo 1), enviado por e-mail a todos os egressos servidores da Câmara dos Deputados. Nesta etapa, buscou-se levantar informações quantitativas, com visão temporal de antes e após a participação no curso, ligadas ao local de trabalho, situação funcional, função comissionada ocupada, complexidade das atividades desenvolvidas, grau de dificuldade de realização do curso e percepção quanto à consecução dos objetivos do Programa de Mestrado Profissional.

Como o público total de egressos do curso era, em grande maioria (acima de 75%), composto por servidores da Câmara dos Deputados, optou-se por direcionar a pesquisa somente a esse grupo, no intuito de evitar identificação de qualquer participante. Assim, os questionários foram enviados somente aos servidores da Câmara dos Deputados (efetivos ou ocupantes de cargos de livre provimento). O índice de retorno geral foi satisfatório, alcançando cerca de 55% do universo total de 52 egressos, com 28 questionários respondidos.

Os dados colhidos foram organizados e apresentados de forma descritiva, com o objetivo de melhor visualização. Os resultados foram descritos em tabelas de distribuição de frequências e percentagens, com indicação das medidas informadas antes da realização do curso e no momento da realização da pesquisa. Assim, foi possível identificar a evolução da trajetória do egresso no decorrer da realização do

curso de Mestrado. Também foi realizada a análise da variância (ANOVA), por meio do cruzamento dos dados estatísticos, no intuito de avaliar se houve alguma influência dos dados do perfil dos egressos sobre os itens de avaliação do Mestrado.

Este estudo é composto pela seção de fundamentação teórica, que apresenta os conceitos de educação legislativa, escolas do legislativo, o CEFOR e o estado da arte da produção acadêmica sobre educação legislativa; a seção de desenvolvimento do tema, que apresenta o perfil dos egressos e o resultado da avaliação do curso de Mestrado, bem como a análise estatística; e as considerações finais.

## 2. Fundamentação teórica

Programas de treinamento para melhorar o desempenho de servidores públicos em seus cargos, com capacitação específica em determinadas funções, sistemas ou rotinas, têm sido sistematizados por diversos órgãos públicos em todos os níveis federativos nos últimos anos (SENNA, 2011). Conforme as exigências de desenvolvimento de competências foram ampliadas, as instituições avançaram rumo a programas de desenvolvimento e educação que possibilitem a realização do potencial do servidor, por meio da aprendizagem de novas habilidades, passando a oferecer cursos de graduação e pós-graduação, funcionando como instituições isoladas de ensino superior (COSSON, 2008).

No contexto do Mestrado em Poder Legislativo, o CEFOR realiza sua própria avaliação de egressos, que busca acompanhar o impacto da formação de mestre obtida pelos ex-alunos, visando avaliar a qualidade dos cursos e gerar propostas de aperfeiçoamento. O processo completo de autoavaliação prevê as seguintes etapas: perfil da turma, levantamento de expectativas, avaliação das disciplinas, avaliação docente, avaliação de infraestrutura, avaliação de término de curso, avaliação da atividade de orientação e avaliação de egressos (BRASIL, 2019).

Dessa forma, torna-se importante a compreensão do conceito de educação legislativa, bem como do processo de formação das escolas do legislativo, do CEFOR, e o panorama da produção acadêmica sobre o tema, conforme será apresentado nos tópicos a seguir.

### 2.1. A educação legislativa

Os servidores do Poder Legislativo necessitam de capacitação em temas específicos como processo legislativo, orçamento público, representação parlamentar, além de formações peculiares como a taquigrafia. Entretanto, a educação formal superior brasileira não atende eficazmente às necessidades de formação específica voltada para os profissionais do Poder Legislativo. Verifica-se, portanto, uma situação na qual o Legislativo é praticamente ignorado enquanto saber formal nos cursos de graduação do sistema educacional brasileiro (COSSON; DIAS; COSTA; SENNA, 2011).

Em todo o sistema de instituições de ensino superior no Brasil, há apenas 27 cursos que ofertam alguma disciplina com referência direta ao Legislativo, na qual o Parlamento seja abordado, demonstrando a clara necessidade de espaço para a consolidação de ações voltadas para a educação oriundas do próprio Poder Legislativo (SENNA, 2011).

Esse espaço tem sido preenchido, ainda que lentamente, pelos órgãos educativos ligados ao Parlamento: as escolas do Legislativo. Além de serem responsáveis pela capacitação e formação de milhares de servidores do Poder Legislativo brasileiro, as escolas do Legislativo realizam ações educativas voltadas para um amplo público e atuam na consolidação do conhecimento específico do Poder Legislativo (COSSON, 2008).

Algumas dessas escolas oferecem cursos de pós-graduação em áreas temáticas ligadas ao Parlamento, por meio de parceria com instituições formais de ensino superior ou por iniciativas próprias. Essas ações contribuem para o preparo técnico dos servidores que atuam nas casas legislativas e estimulam seu aperfeiçoamento cultural e profissional, configurando-se como importante instrumento de educação para a democracia e contribuindo decisivamente para a consolidação teórica e prática do conceito de educação legislativa (SENNA, 2011).

Nesse contexto, a educação legislativa pode ser compreendida como uma ação consciente e organizada do Parlamento, que busca capacitar a atuação dos agentes envolvidos no processo democrático, sob a perspectiva das questões inerentes ao Poder Legislativo (MARQUES JÚNIOR, 2009). Dessa forma, verifica-se tanto seu aspecto objetivo, relacionado à profissionalização dos atores públicos e sociais para desempenhar as funções do Parlamento, quanto o aspecto subjetivo, relacionado à educação para a democracia dos agentes públicos e cidadãos. Nos dois aspectos, destacam-se as funções informativa e educativa do Poder Legislativo, que complementam as tradicionais funções legislativa e fiscalizadora, para disseminar o conhecimento político e, assim, contribuir para o fortalecimento da democracia em qualquer das respectivas esferas governamentais relacionadas (MARQUES JÚNIOR, 2009). Para Braga *et al.* (2016), agregam-se as funções de educação e participação às funções de legislação, legitimação, representação e fiscalização.

A educação legislativa funciona, portanto, a partir da concepção de defesa e promoção da democracia, determinantes para a própria existência do Parlamento,

pois quanto mais consolidada for a democracia em uma sociedade, mais força terá seu Legislativo (COSSON, 2008). Nesse sentido, a educação legislativa, no contexto das políticas públicas em educação, deve significar uma afirmação radical da função escolar de formação para a democracia, com projetos e medidas que adotem essa função de forma explícita e planejada, implicando a necessidade de se considerar a concretude dos fatos e relações que se dão no cotidiano escolar, tendo em vista a superação dos obstáculos à mudança e o diálogo com as potencialidades de transformação que se apresentam (FORMOLO, 2013).

Em um contexto mais recente, ganha destaque o conceito de letramento político: processo de apropriação de conhecimentos (direitos humanos, instituições políticas, democracia), práticas (exame de temas controversos, participação decisória, diálogo) e valores (equidade, liberdade) para a manutenção e o aprimoramento da democracia. Esse conceito troca 'educação', um termo muito amplo, por outro mais específico e de circulação recente no Brasil, que é o letramento. A expressão letramento político permite incorporar elementos mais operacionais em sua definição, o que acontece com a explicitação de práticas, conhecimentos e valores necessários para a sustentação da democracia (COSSON; DIAS; COSTA; SENNA, 2011).

Dessa forma, não basta transmitir informações, mas deve-se promover a reflexão e o debate, numa atuação dialógica, problematizadora e conscientizadora, levando os participantes das atividades promovidas pela educação legislativa a se apropriarem das informações colocadas a sua disposição e de toda a sociedade (ROCHA, 2011).

As escolas do Legislativo, nesse contexto, apresentam-se como "escolas de governo" das casas legislativas, espaços destinados não apenas à formação e ao aprimoramento de servidores, mas também à difusão, junto aos demais agentes da esfera pública e junto à sociedade, dos conhecimentos e questões institucionais próprios do parlamento. Compete a essas instituições perceber a diversidade e a potencialidade de seus públicos e linhas de atuação, bem como identificar e compreender as características, peculiaridades e necessidades de cada um, com vistas à formulação de um projeto pedagógico adequado e eficaz que promova a educação legislativa como política pública transformadora da democracia (MARQUES JÚNIOR, 2009).

As instituições da democracia representativa, progressivamente, devem ser organizadas com a finalidade de ampliar oportunidades de envolvimento da sociedade

civil por meio do aprimoramento do processo educacional. Por fim, pode-se concluir que “se buscamos reconhecer o Parlamento como lugar de troca pública de razões – ainda que concomitante à negociação e à disputa de interesses parciais –, a atividade do Parlamento é, por excelência, educativa” (RIBEIRO, 2010).

## 2.2. As escolas do Legislativo

As escolas do Legislativo no Brasil são dezenas de instituições que atuam em treinamento, desenvolvimento e educação, nas esferas municipal, estadual e federal. Fazem parte da estrutura de câmaras municipais, assembleias legislativas, Câmara Legislativa do DF, Câmara dos Deputados, Senado Federal, Tribunal de Contas da União e de diversos tribunais de contas estaduais e municipais. Essas escolas constituem a Associação Brasileira das Escolas do Legislativo e de Contas (ABEL), criada em 2003 (MARQUES JÚNIOR, 2009).

As escolas do Legislativo seguem a mesma definição das escolas de governo, presente no art. 4º do Decreto Presidencial 5.707/2006. Ao instituir a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da Administração Pública Federal, o dispositivo legal define as escolas de governo como instituições destinadas, precipuamente, à formação e ao desenvolvimento de servidores públicos, na estrutura da administração pública federal direta, autárquica e fundacional (BRASIL, 2006).

A Escola do Legislativo de Minas Gerais, primeira representante do gênero, foi fundada em 1993, pela Assembleia Legislativa do estado. Em 1996, houve a criação do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), do Senado Federal. Na sequência, foi estabelecido o CEFOR, pela Câmara dos Deputados, em 1997 (CARVALHO, 2014).

Em seguida, vieram o Instituto de Estudos e Pesquisas sobre o Desenvolvimento do Estado do Ceará, criado em 1998, a Escola do Legislativo de Pernambuco, a Escola do Legislativo de Mato Grosso, ambas criadas em 1999, e a Escola do Legislativo de Santa Catarina, estabelecida em 2000. O movimento cresceu com a realização, em 2001, do 1º Encontro das Escolas do Legislativo do Brasil, em Pernambuco, e com outros estados implantando suas instituições: Escola do Legislativo do Rio Grande do Sul, em 2001, Instituto Legislativo Paulista, em 2002, e Escola do Legislativo do Rio de Janeiro, em 2004 (COSSON, 2008).

A ABEL foi criada em 2003 por representantes de 20 assembleias legislativas,

mais o CEFOR, da Câmara dos Deputados, o Instituto Legislativo Brasileiro e a Universidade do Legislativo, do Senado Federal e o Instituto Serzedello Corrêa, do Tribunal de Contas da União. Atualmente, segundo a ABEL, existem escolas do Legislativo ou iniciativas semelhantes nas assembleias legislativas de todos os estados brasileiros, bem como na Câmara Legislativa do Distrito Federal, em 124 câmaras municipais, em 25 tribunais de contas estaduais, 2 tribunais de contas municipais, no Tribunal de Contas do Distrito Federal, no Tribunal de Contas da União, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal (ABEL, 2020). Criadas em todas as unidades da Federação, as Escolas do Legislativo totalizavam 70 unidades em 2013. Em 2020, esse número passou para 182 unidades, entre escolas, institutos e centros, conforme quadro geográfico-quantitativo a seguir:

**Quadro 1 – Escolas Legislativas por Unidade da Federação**

Tipo de Escola	AC	AL	AM	AP	BA	CE	DF	ES	GO	MA	MT	MS	MG	PA	PB	PR	PE	PI	RJ	RN	RS	RO	RR	SC	SP	SE	TO	TOTAL	
Senado Federal	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	
Câmara dos Deputados	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	
Tribunal de Contas	1	1	1	1	1	1	2	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	2	1	1	1	1	-	1	2	1	1	29
Assembleia Legislativa/ Câmara Legislativa	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	27	
Câmara Municipal	1	-	1	-	2	2	-	3	1	-	1	2	48	1	2	3	2	1	3	2	5	1	1	9	31	2	-	124	
<b>TOTAL</b>	<b>3</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>2</b>	<b>4</b>	<b>4</b>	<b>5</b>	<b>5</b>	<b>3</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>50</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>	<b>4</b>	<b>3</b>	<b>6</b>	<b>4</b>	<b>7</b>	<b>3</b>	<b>2</b>	<b>11</b>	<b>34</b>	<b>4</b>	<b>2</b>	<b>182</b>	

Fonte: ABEL (2020).

Muitas dessas escolas chegaram à configuração atual a partir da evolução de áreas de treinamento, ligadas à gestão de recursos humanos das suas respectivas instituições. Trazem, assim, o caráter marcante de capacitação dos servidores, desde as funções administrativas e técnicas mais básicas até funções mais complexas destinadas à formação para o “fazer legislativo”, como assessoria de atividades parlamentares, orçamento público, gestão legislativa, entre outras. Atualmente, essas ações não se limitam ao público interno, mas direcionam-se também a atores ligados ao Legislativo e demais interessados (SENNA, 2011).

As escolas do legislativo apresentam, nesse aspecto, um diferencial importante em relação às escolas de governo e às escolas judiciárias. Elas ultrapassam a concepção de capacitação de servidores e surgem oferecendo espaço, também, para a comunidade, o cidadão comum, a sociedade civil organizada, a iniciativa privada e as instituições de ensino que, por meio de várias ações, são convidados a participarem de projetos, seminários, palestras, entre outras atividades diversas, com o objetivo de

formação, participação e simulação política. São atividades de letramento político, que oferecem ao cidadão a compreensão da estrutura e o funcionamento do Poder Legislativo e educação para a democracia (BUTORI, 2014).

Com a evolução na percepção da responsabilidade educacional do Parlamento e na concepção de que há todo um universo de conhecimento que é naturalmente trabalhado e produzido no cumprimento de suas funções, algumas escolas do Legislativo passaram a disponibilizar cursos de pós-graduação e a estimular a pesquisa em temas conexos ao Poder Legislativo. Trata-se de um movimento ainda em fase inicial, pois apenas 17% das escolas do Legislativo promovem cursos de pós-graduação *lato sensu*, em parceria ou contratação de turmas fechadas junto a universidades. Da mesma forma, somente duas escolas têm promovido pesquisa por meio da formação de grupos destinados a esse fim (COSSON, 2008).

### **2.3. O Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (CEFOR)**

O CEFOR foi criado em 1997, pelo Ato da Mesa nº 69, de 1997, e abarcou as atividades de treinamento e realização de concursos públicos que antes eram realizados pela Coordenação de Seleção e Treinamento (ROCHA, 2011). O órgão tem a missão de planejar, promover, executar e avaliar programas e atividades de recrutamento, seleção, atualização, aperfeiçoamento, especialização e desenvolvimento de recursos humanos da Câmara dos Deputados (BRASIL, 2011). Nesse sentido, o CEFOR é uma escola do legislativo que desenvolve ações de capacitação, letramento político e educação legislativa por meio de programas voltados ao desenvolvimento profissional e à educação para a democracia dos servidores da Câmara dos Deputados e de instituições parceiras, na forma de cursos, conferências, palestras, seminários e outras atividades técnico-científicas e culturais (SENNA, 2011).

O Programa de Pós-Graduação do CEFOR foi credenciado em janeiro de 2005 pela Portaria n. 51 do Ministério da Educação com a oferta de cursos de Especialização em Processo Legislativo, Instituições e Processos Políticos, e Orçamento Público. A vertente do ensino é voltada à formação de profissionais altamente qualificados para aprofundar e complementar conhecimentos e competências necessárias ao domínio de funções definidas na sua atuação profissional, sobretudo por meio de cursos de

pós-graduação (SENNA, 2011). Na pesquisa, de forma complementar, almeja estimular a reflexão, criação, sistematização e difusão do conhecimento de docentes e discentes na área legislativa, por meio de grupos de pesquisa e extensão, bem como de publicações (ROCHA, 2011). Também deve-se ressaltar a extensão, direcionada para a área de publicações, com a publicação de diversos livros e a criação de um periódico científico, a Revista E-Legis, atualmente classificada no Qualis/Capes como B2 na área de Ciência Política e Relações Internacionais (BRAGA; GUIMARÃES; MIRANDA, 2014).

Nesse contexto, insere-se o Mestrado em Poder Legislativo, cuja proposta foi aprovada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) em outubro de 2011, como mestrado profissional, que busca estabelecer a relação entre a teoria acadêmico-científica e a práxis legislativa. As aulas iniciaram-se no primeiro semestre de 2013, com três linhas de pesquisa: Organização do Poder Legislativo, Processos Políticos do Poder Legislativo, Política Institucional do Poder Legislativo (BRAGA; GUIMARÃES; MIRANDA, 2014).

O Mestrado em Poder Legislativo constitui experiência única, em nível mundial, de um curso de pós-graduação *stricto sensu*, com o reconhecimento governamental específico, oferecido por um parlamento nacional. No contexto da administração pública brasileira, mestrados promovidos por órgãos que não são instituições de ensino superior também são raros, como, por exemplo os programas oferecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (Escola Nacional de Ciências Estatísticas – ENCE), Instituto Nacional da Propriedade Industrial – INPI e Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – Inmetro (BRAGA; GUIMARÃES; MIRANDA, 2014).

#### **2.4 Produção Acadêmica sobre Educação Legislativa**

A bibliometria constitui uma ferramenta de estudo relevante para a análise da produção científica, pois explicita o nível de desenvolvimento de determinada área do conhecimento (ARAÚJO & ALVARENGA, 2011). Dessa forma, a análise da natureza das publicações acadêmicas em periódicos científicos constitui uma forma de avaliar o desenvolvimento de um campo do conhecimento. Esse tipo de análise provê uma documentação objetiva do progresso longitudinal e do crescimento desse campo, uma vez que os artigos publicados em periódicos especializados demonstram a evolução

da pesquisa científica em determinada área do conhecimento (DEADRICK & GIBSON, 2009).

Com o objetivo de apresentar um panorama das pesquisas relacionadas à educação legislativa, foi realizada uma revisão bibliométrica dos estudos publicados no Portal de Periódicos da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), em nível nacional, do período de 2001-2020, a fim de evidenciar o panorama da produção científica sobre o tema no Brasil no decorrer das duas primeiras décadas do século XXI. Tendo em vista que trabalhos de dissertações, teses, monografias e artigos de anais de eventos encontram-se em processo de construção para possível posterior publicação em periódicos, não se considerou esse tipo de estudo no presente levantamento. Os artigos pesquisados deveriam conter os seguintes termos nos títulos, resumos ou palavras-chave: “educação legislativa”, “educação para a democracia”, “escolas do legislativo”, “letramento político”, “saber legislativo. A metodologia utilizada foi a Systematic Review (Revisão Sistemática), um método estruturado com o objetivo de identificar estudos relevantes a respeito de um tema específico (DYBA & DINGSOYR, 2008).

No processo de revisão sistemática, foram encontrados 23 artigos relacionados ao tema da pesquisa. Para realizar a revisão bibliométrica dos artigos selecionados, foram utilizadas as seguintes categorias de análise (DEMO; OLIVEIRA; COSTA, 2017): 1. Nome do periódico; 2. Instituição de origem dos autores; 3. Autores que mais publicaram no período; e 4. Enquadramento do estudo (estudos teórico-empíricos ou ensaios teóricos). Para os artigos classificados como teórico-empíricos, categorizou-se ainda: 5. Natureza da pesquisa; 6. Instrumentos utilizados para coleta de dados.

Em relação aos periódicos, os resultados elucidaram que, no período 2001-2020, a E-legis, da Câmara dos Deputados, foi o que mais publicou, com sete artigos. Na sequência, vieram a Revista Estudos Legislativos, da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, com quatro artigos, e a Cadernos da Escola do Legislativo, da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, com três artigos, reforçando também a importância da atuação das escolas mantidas por instituições do Poder Legislativo. Outro importante órgão educacional, a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), publicou dois artigos no período pesquisado, por meio da Revista do Serviço Público. Por fim, os periódicos Educação e Pesquisa, Educação & Sociedade, Pro-

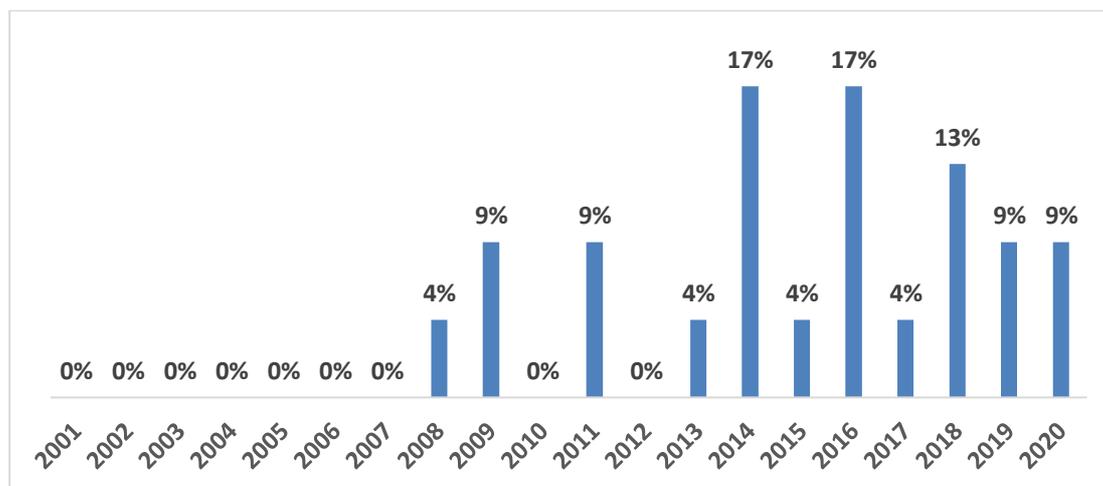
Posições, Revista Interdisciplinar Científica Aplicada, Revista de Sociologia e Política, e Sociedade e Cultura tiveram uma publicação cada. A tabela 1 sumariza os achados.

**Tabela 1 – Origem dos artigos publicados**

Periódico	Instituição	Qualis CAPES 2013-2016 Ciência Política e Relações Internacionais	Artigos
E-legis	Câmara dos Deputados	B2	7
Revista Estudos Legislativos	Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul – ALRS	B5	4
Cadernos da Escola do Legislativo	Assembleia Legislativa de Minas Gerais – ALMG	B4	3
Revista do Serviço Público	Escola Nacional de Administração Pública - ENAP	B2	2
Educação e Pesquisa	Universidade de São Paulo – USP	A2	1
Educação & Sociedade	Universidade de Campinas – UNICAMP	A2	1
Pro-Posições	Universidade de Campinas – UNICAMP	B1	1
Revista de Informação Legislativa	Senado Federal	B2	1
Revista Interdisciplinar Científica Aplicada	Centro Universitário Sociedade Educacional de Santa Catarina – UNISOCIESC	B3	1
Revista de Sociologia e Política	Universidade Federal do Paraná – UFPR	A1	1
Sociedade e Cultura	Universidade Federal de Goiás – UFG	B1	1

Fonte: elaborado pelo autor.

O período analisado, de 2001 a 2020, apresentou produção acadêmica somente a partir de 2008, com ausência de produção em 2010 e 2012. Os anos mais produtivos foram 2014 e 2016, com 17% dos artigos pesquisados no período, seguidos por 2018, com 13%. Finalmente, verifica-se estabilização da produção acadêmica nos anos de 2019 e 2020, com 9% cada, demonstrando tendência de continuidade dos estudos a respeito do tema, conforme se pode verificar na Figura 1.

**Figura 1 – Ano de publicação dos artigos**

Fonte: elaborada pelo autor

Considerando o critério referente à instituição de origem dos autores, também se verifica predominância da Câmara dos Deputados, com catorze pesquisadores atuando no período pesquisado. Em segundo lugar, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) e a Universidade de Fortaleza (UNIFOR), com três pesquisadores cada e, em terceiro, a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul (ALRS) e a Universidade Estadual do Piauí (UEPI), com dois pesquisadores cada. Na sequência, Universidade de Brasília (UnB), Universidade do Minho (Portugal), Universidade Federal do Paraná (UFPR) e Universidade de São Paulo (USP), com um pesquisador cada.

Ao todo foram encontrados 28 pesquisadores de nove instituições, sendo oito do Brasil e uma de Portugal. Importante ressaltar a presença de três casas legislativas no rol de instituições pesquisadas, o que demonstra o envolvimento das instituições educacionais desses órgãos com a pesquisa acadêmica na área de educação legislativa, ao lado de grandes universidades de reconhecida excelência em âmbito nacional, como USP, UFPR, UFG e UnB. A tabela 2 sumariza os dados encontrados.

**Tabela 2 – Instituições de origem dos pesquisadores**

Instituição	Pesquisadores
Câmara dos Deputados	14
Assembleia Legislativa de Minas Gerais	3

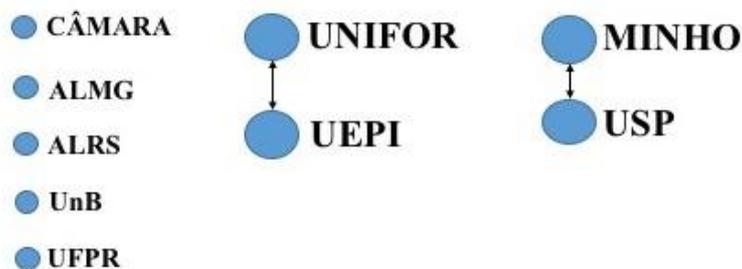
Instituição	Pesquisadores
Universidade de Fortaleza – UNIFOR	3
Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul – ALRS	2
Universidade Estadual do Piauí – UEPI	2
Universidade de Brasília – UnB	1
Universidade do Minho – Braga, Portugal	1
Universidade Federal do Paraná – UFPR	1
Universidade de São Paulo – USP	1
<b>TOTAL</b>	<b>28</b>

Fonte: elaborado pelo autor.

A perspectiva relacional entre as instituições que publicaram sobre educação legislativa no período estudado demonstra a existência ou não de contatos de pesquisa entre os principais autores na área. A Figura 2 apresenta o sociograma do período proposto, que evidencia os estudos conjuntos entre instituições nos contextos nacional e internacional. As únicas instituições que realizaram estudos conjuntos foram a UNIFOR, em conjunto com a UEPI, e a Universidade do Minho, de Portugal, em conjunto com a USP.

Dessa forma, verifica-se que o intercâmbio institucional ainda se encontra embrionário no contexto acadêmico brasileiro, demonstrando que a maior parte das instituições que publicam sobre educação legislativa o fazem de maneira isolada. A realização de mais pesquisas conjuntas certamente contribuirá para maior diversidade e riqueza de informações nos estudos sobre educação legislativa, especialmente ao considerar a perspectiva comparada. O sociograma apresentado na figura 2 possibilita a visualização das relações de pesquisa acima mencionadas.

**Figura 2 – Sociograma das relações de pesquisa**



**Legenda:** Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG); Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul (ALRS); Câmara dos Deputados (CÂMARA); Universidade de Brasília (UnB); Universidade de Fortaleza (UNIFOR); Universidade de São Paulo (USP); Universidade do Minho – Portugal (MINHO); Universidade Estadual do Piauí (UEPI); Universidade Federal do Paraná (UFPR).

Fonte: elaborado pelo autor.

Alguns autores se destacaram ao publicarem mais de um artigo sobre educação legislativa no período 2001-2020, todos oriundos da Câmara dos Deputados, o que demonstra a importante função institucional da câmara baixa do Parlamento brasileiro na difusão do conhecimento sobre o tema. O autor que mais publicou nesse período foi Rildo Cosson, com sete artigos. Na sequência, vem Antônio Teixeira de Barros, com cinco artigos, seguido de Lúcio Martins, com três artigos, e Hérycka Sereno Neves da Rocha, com dois artigos. Esse grupo de quatro autores participou, ao todo, da publicação de 17 artigos, o que corresponde a cerca de 74% do total de artigos publicados sobre educação legislativa no período pesquisado e demonstra a relevância de sua contribuição para o avanço dessa área do conhecimento. Todos os demais autores publicaram um artigo no período pesquisado. A Tabela 3 apresenta todos os autores que publicaram mais de um artigo e sua instituição de origem.

**Tabela 3 – Autores que mais publicaram**

Autores	Instituição	Artigos
Rildo Cosson	Câmara dos Deputados	7
Antônio Teixeira de Barros	Câmara dos Deputados	5
Lúcio Martins	Câmara dos Deputados	3
Hérycka Sereno Neves da Rocha	Câmara dos Deputados	2
<b>TOTAL</b>		<b>17</b>

Fonte: elaborado pelo autor.

Com relação à classificação dos estudos como artigos teórico-empíricos ou ensaios teóricos, verificou-se que 61% dos artigos pesquisados enquadraram-se como teórico-empíricos e 39% como ensaios teóricos, conforme demonstra a Tabela 4. Pode-se relacionar a maior quantidade de artigos teórico-empíricos à natureza prática do conceito e sua verificação em situações específicas nas organizações. Mesmo assim, em comparação a outras áreas do conhecimento que possuem natureza semelhante, como Administração e Psicologia, pode-se considerar 39% um alto percentual para a proporção de ensaios teóricos, do que se pode depreender que o conceito de educação legislativa e suas diversas nuances constituem um conceito em construção teórica.

**Tabela 4 – Classificação metodológica dos artigos**

Modelo	Artigos	Percentual
Teórico-empírico	14	61%
Ensaio teórico	9	39%

Fonte: elaborado pelo autor.

Considerando a natureza dos 14 estudos teórico-empíricos pesquisados, verifica-se a predominância de estudos qualitativos, com 50% do total, seguido pelos estudos de natureza quali-quantitativa, com 36% dos artigos pesquisados. Apenas 14% dos estudos apresentaram natureza quantitativa, provavelmente devido ao próprio perfil das pesquisas na área de ciência política ser mais voltado a pesquisas de natureza qualitativa, e também por se tratar de um conceito em construção. Ressalta-se ser essa uma das razões pelas quais o presente estudo tem natureza quantitativa, buscando preencher essa lacuna metodológica. A tabela 5 ilustra esses dados.

**Tabela 5 – Natureza metodológica dos artigos**

Modelo	Artigos	Percentual
Qualitativa	7	50%
Quali-Quantitativa	5	36%
Quantitativa	2	14%

Fonte: elaborado pelo autor.

A pesquisa documental e o questionário foram os instrumentos de coleta de dados preponderantemente utilizados nos artigos teórico-empíricos, utilizados cada um em 43% do total, provavelmente devido à predominância de estudos qualitativos realizados no período. A tabela 6 sintetiza as informações obtidas.

**Tabela 6 – Instrumentos de coleta de dados utilizados**

Modelo	Artigos	Percentual
Pesquisa Documental	6	43%
Questionário	6	43%
Entrevista	2	14%

Fonte: elaborado pelo autor.

Os resultados da presente revisão bibliométrica demonstram a contínua publicação de artigos sobre educação legislativa a partir de 2008, o que demonstra tratar-se de um conceito em construção, e de forma relativamente recente. Além disso, verificou-se a média de cerca de dois artigos por ano, no período compreendido entre 2008 e 2020, demonstrando que o tema tem atraído a atenção dos pesquisadores de maneira praticamente estável.

A predominância dos estudos teórico-empíricos, por sua vez, evidencia a necessidade de mais ensaios teóricos que fortaleçam o embasamento conceitual científico dessa área de pesquisa. A prevalência de estudos qualitativos, com número relativamente alto de estudos quali-quantitativos pode demonstrar a tendência de realização de estudos multimétodo, por meio da triangulação metodológica, que tem sido muito abordada nos meios acadêmicos recentemente. Essa tendência é muito relevante, considerando que estudos multimétodo, além de prover esforços para mensurar e explicar relações de construtos, produzem, por meio de análise qualitativa, uma melhor compreensão dos fenômenos em questão.

O cenário brasileiro de pesquisas acadêmicas sobre educação legislativa apresenta, portanto, várias lacunas a serem preenchidas, que configuram oportunidades para estudos futuros, especialmente sobre subtemas menos pesquisados, bem como a necessidade de maior diversificação metodológica, por meio da realização de mais ensaios teóricos e estudos quantitativos.

É nesse cenário que o presente estudo se insere ao realizar a avaliação do Mestrado em Poder Legislativo enquanto importante política pública de educação legislativa, buscando identificar a importância do curso para a formação de seus egressos em sua trajetória profissional como servidores da Câmara dos Deputados.

### 3. Desenvolvimento

#### 3.1 Perfil dos Respondentes

A análise dos dados inicia-se com a caracterização da amostra estudada, na qual se optou por não solicitar dados sociodemográficos como sexo, idade e naturalidade, para evitar identificação dos respondentes, por se tratar de um universo amostral bastante restrito, composto por apenas 55 pessoas. Nesse sentido, o questionário solicitou informações sobre os seguintes aspectos: local de trabalho, situação funcional, ocupação de função comissionada (servidores efetivos), percepção da complexidade do trabalho desenvolvido, grau de dificuldade enfrentado durante o curso, percepção sobre o cumprimento dos objetivos do curso, bem como a realização de outros cursos após a conclusão do Mestrado.

No decorrer do período anterior à realização do curso e o momento do levantamento de dados, em janeiro e fevereiro de 2020, verificou-se movimentação de alguns participantes quanto ao local de trabalho na Câmara dos Deputados. Antes do ingresso no curso, 57% dos respondentes estavam lotados em órgãos da área legislativa da Casa, aumentando para 68% no momento da coleta dos dados. Embora não se possa concluir que a realização do curso de Mestrado tenha sido fator decisivo para essa movimentação de servidores rumo à área legislativa, é possível deduzir que essa formação contribuiu para o melhor preparo dos servidores que passaram a atuar na área legislativa da Câmara dos Deputados. A tabela 7 apresenta as informações obtidas sobre local de trabalho.

**Tabela 7 – Local de trabalho na Câmara dos Deputados**

	Antes do Curso		Atualmente	
	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual
Órgãos da área legislativa	16	57%	19	68%
Órgãos da área administrativa	12	43%	9	32%

Fonte: elaborado pelo autor.

Considerando o aspecto relacionado à ocupação de funções comissionadas (FC), verificou-se aumento de servidores ocupando funções de menor nível

hierárquico (FC 1 e 2). Nota-se que houve redução na quantidade de servidores não-ocupantes de FC, assim como a manutenção da quantidade de ocupantes de funções de maior nível hierárquico, o que demonstra que servidores que não ocupavam funções comissionadas anteriormente ao curso passaram a ocupá-las. A Tabela 8 apresenta os resultados encontrados.

**Tabela 8 – Ocupação de Funções Comissionadas (FC)**

	Antes do Curso		Atualmente	
	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual
Funções de maior nível hierárquico (FC 3 acima)	12	43%	12	43%
Funções de menor nível hierárquico (FC 1 e 2)	7	25%	10	36%
Sem FC	9	32%	6	21%

Fonte: elaborado pelo autor.

Há clara percepção entre os respondentes de aumento da complexidade do seu trabalho, elevando de 58% para 88% os que classificam sua principal atividade como de alta complexidade após a realização do curso de Mestrado. Além disso, verifica-se a redução de 33% para 12% daqueles que avaliam sua principal atividade como de média complexidade. A Tabela 9 apresenta esses resultados.

**Tabela 9 – Complexidade das atividades desenvolvidas no trabalho**

	Antes do Curso		Atualmente	
	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual
Baixa	2	9%	0	0%
Média	8	33%	3	12%
Alta	14	58%	21	88%

Fonte: elaborado pelo autor.

A maior parte dos respondentes considerou que o curso de Mestrado teve um alto grau de dificuldade para ser concluído. Apenas 12% do total classificou como muito alto, o que demonstra que o curso manteve um alto padrão de exigência acadêmica, mas sem se tornar extremamente exaustivo para os alunos, até mesmo

por se tratar de um mestrado profissional. Esses resultados estão apresentados na Tabela 10.

**Tabela 10 – Grau de dificuldade para realizar o Curso**

	Quantidade	Percentual
Médio	10	35%
Alto	15	53%
Muito Alto	3	12%

Fonte: elaborado pelo autor.

A maior parte dos respondentes teve sua expectativa atendida ou superada quanto aos resultados alcançados por meio da realização do curso de Mestrado, ao considerarem esses resultados como suficientes ou excepcionais. Apenas uma pequena parte, correspondente a 10% do total, considerou os resultados como indiferentes. A Tabela 11 apresenta esses resultados.

**Tabela 11 – Resultados alcançados no Curso**

	Quantidade	Percentual
Indiferentes	3	10%
Suficientes	14	50%
Excepcionais	11	40%

Fonte: elaborado pelo autor.

Perguntados se realizaram algum curso após o Mestrado, a maioria expressiva dos respondentes, mais de 70%, declarou não ter feito mais nenhum curso. Esse dado pode estar relacionado ao fato de que 90% dos respondentes teve suas expectativas atendidas ou superadas ao realizarem o curso e, dessa forma, também ficaram satisfeitos com sua formação acadêmica. Também é possível relacionar esse fato ao perfil do curso, que é um mestrado profissionalizante, podendo atrair pessoas que querem aprimorar sua carreira profissional sem necessariamente prosseguir na carreira acadêmica posteriormente. É importante ressaltar que o número de respondentes nesse quesito supera o total de respondentes da pesquisa porque foi permitido marcar mais uma opção, no caso de a pessoa ter feito mais de um curso após a conclusão do Mestrado. A Tabela 12 apresenta os resultados.

**Tabela 12 – Cursos realizados após o Mestrado**

	Quantidade	Percentual
Graduação	1	3,5%
Especialização	4	14%
Doutorado	1	3,5%
Outro curso	2	7%
Nenhum curso	21	72%

Fonte: elaborado pelo autor.

A análise dos dados sobre o perfil dos respondentes permite concluir que houve relativa mudança de servidores da área administrativa para a área legislativa, um pequeno aumento na ocupação de funções de menor nível hierárquico, bem como um aumento de mais de 50% na realização de atividades de alta complexidade no local de trabalho. Mais de 60% dos respondentes declararam que o grau de dificuldade enfrentado durante o curso foi alto, enquanto 90% consideraram que os objetivos do curso foram alcançados de forma satisfatória ou excepcional. Por fim, mais de 70% não realizaram nenhum curso após a conclusão do Mestrado.

A combinação dessas informações aponta para a efetividade do curso de Mestrado em Poder Legislativo enquanto política pública de educação legislativa. Verifica-se a evolução profissional de seus egressos, bem como o aprimoramento de sua formação acadêmica, no intuito de prestar melhores serviços à Câmara dos Deputados como instituição basilar do parlamento brasileiro, a “casa do povo”.

### 3.2 Avaliação do Curso

Na segunda parte do questionário, os participantes responderam a 10 perguntas a respeito da avaliação de sua experiência no curso de Mestrado, conforme uma escala Likert de 1 a 5, na qual 1 corresponde a “discordo totalmente” e 5 corresponde a “concordo totalmente”. A Tabela 13 apresenta a média, o desvio-padrão, a moda e os valores mínimo e máximo encontrados para cada pergunta, em ordem decrescente de média. A moda também foi incluída, devido ao fato de que desvios-padrão superiores a 1,0 indicam que a média não é a melhor medida de tendência central (DEMO; PASCHOAL, 2016).

**Tabela 13 – Dados estatísticos da avaliação do curso de Mestrado**

Item	Pergunta	Média	Desvio-padrão	Moda	Mínimo	Máximo
Q09	Passei para um patamar superior de criticidade e organização do pensamento após o curso	4,60	0,62	5	3	5
Q10	As disciplinas e o trabalho final me deram mais segurança e confiança para falar e agir como um servidor do Legislativo	4,46	0,74	5	2	5
Q03	Os conhecimentos obtidos no curso estavam alinhados com minhas necessidades de desenvolvimento profissional	4,35	0,62	4	3	5
Q02	O fato de o corpo docente ser composto por servidores da Câmara dos Deputados foi um aspecto positivo	4,32	0,66	4	3	5
Q07	O curso modificou minha compreensão do que é o Parlamento enquanto arena política, casa legislativa e instituição do Estado	4,32	1,05	5	1	5
Q01	Fazer o Mestrado foi um diferencial para minha atuação profissional	4,25	0,75	4	2	5
Q06	Consigo aplicar no meu trabalho os conhecimentos e habilidades aprendidos no curso	4,17	0,81	4	2	5
Q05	Me senti estimulado a prosseguir em um processo de formação acadêmica continuada	3,92	1,11	5	2	5
Q04	Após o curso, desenvolvi uma atuação mais efetiva na Câmara dos Deputados	3,89	1,10	5	1	5
Q08	A formação proporcionada no curso é específica do Legislativo e não pode ser oferecida da mesma forma por outra instituição	3,50	1,29	4	1	5

Fonte: elaborado pelo autor.

Conforme a Tabela 13, os itens que apresentaram maior percepção foram, respectivamente: Q09, Q10 e Q03. O item Q09 (“passei para um patamar superior de criticidade e organização do pensamento após o curso”), apresentou média 4,60 e desvio-padrão 0,62. Pode-se depreender desse resultado clara relação com um dos objetivos propostos no plano pedagógico do curso: “formar quadros altamente qualificados, voltados à análise e reflexão crítica sobre o Poder Legislativo em suas dimensões organizativa, funcional e institucional” (BRASIL, 2011, p. 3.244).

Na sequência, o segundo item melhor avaliado foi o item Q10 (“as disciplinas e o trabalho final me deram mais segurança e confiança para falar e agir como um servidor do Legislativo”), com média 4,46 e desvio-padrão 0,74. Verifica-se, com esse resultado, que os egressos do Mestrado consideram o curso uma ferramenta

importante para atingir o objetivo proposto de formar quadros de excelência no Poder Legislativo (BRAGA; GUIMARÃES; MIRANDA, 2014).

Por fim, o terceiro item melhor avaliado foi o Q03 (“os conhecimentos obtidos no curso estavam alinhados com minhas necessidades de desenvolvimento profissional”), com média 4,35 e desvio-padrão 0,62. Nesse resultado, verifica-se relação com os próprios objetivos do Ministério da Educação relacionados ao mestrado profissional, como, por exemplo: “a capacitação de pessoal para a prática profissional avançada e transformadora (...), habilitando o profissional para atuar em atividades técnico-científicas e de inovação” (BRASIL, 2009, p. 1).

Nenhum item apresentou média abaixo de 3, ponto neutro da escala, abaixo do qual seria considerado como não percebido pelos participantes da pesquisa. Dessa forma, verifica-se que todos os itens obtiveram avaliação acima do ponto neutro, o que possibilita concluir que os egressos apresentam alto nível de percepção em relação a todos os itens pesquisados. Mesmo assim, é importante analisar os itens que obtiveram menores níveis de percepção entre os egressos.

Nesse sentido, o menor nível de percepção foi encontrado no item Q08 (“a formação proporcionada no curso é específica do Legislativo e não pode ser oferecida da mesma forma por outra instituição”), com média 3,50, desvio-padrão 1,29 e moda 4. Como mencionado anteriormente, desvios-padrão superiores a 1,0 indicam que a média não é a melhor medida de tendência central, devendo então partir para a análise da moda, informação estatística que expressa o item com maior frequência de avaliação (DEMO; PASCHOAL, 2016). Nesse caso, a moda foi 4, e pode-se depreender desse resultado a compreensão dos egressos de que o conhecimento obtido no mestrado é amplo, no contexto da formação do servidor público, o que constitui um aspecto extremamente positivo para a educação para a democracia.

O segundo item com menor avaliação foi o Q04 (“após o curso, desenvolvi uma atuação mais efetiva na Câmara dos Deputados”), com média 3,89, desvio-padrão 1,10 e moda 5. Aqui também o desvio-padrão superou 1, devendo passar-se à análise da moda para se obter resultado mais acurado. Como a moda foi 5, verifica-se que a maior parte dos egressos, em torno de 67%, concordam com o item de avaliação. Esse resultado chama a atenção para a situação dos egressos após a conclusão do curso, quando se espera que haja uma atuação mais efetiva na instituição.

E o terceiro item com menor avaliação foi o Q05 (“me senti estimulado a prosseguir em um processo de formação acadêmica continuada”), com média 3,92,

desvio-padrão 1,11 e moda 5. De igual forma, o desvio-padrão acima de 1 conduz à análise da moda, que foi 5. Aqui percebe-se que, mesmo se tratando de um mestrado profissional (BRAGA; GUIMARÃES; MIRANDA, 2014), houve forte percepção de incentivo à continuidade na formação acadêmica.

### **3.3 Análise da Variância (ANOVA) da percepção dos itens de avaliação**

Esta subseção dedica-se a verificar se aspectos do perfil dos egressos influenciam a percepção dos servidores em relação aos itens de avaliação do curso de Mestrado. Segundo Tabachnick e Fidell (2013), a Análise de Variância (ANOVA) consiste em um conjunto de procedimentos que têm como base a comparação entre variâncias. Dessa forma, o primeiro passo desta etapa consiste em verificar a homocedasticidade da amostra. A homocedasticidade consiste na igualdade de variâncias, e ocorre quando uma variável dependente apresenta uma dispersão constante ao longo dos valores da variável independente. A homocedasticidade foi verificada para cada variável independente por meio do teste de Levene. Os itens homocedásticos apresentam significância maior que 0,05 (TABACHNICK; FIDELL, 2013).

Deve-se ressaltar que a realização da ANOVA pressupõe grupos de tamanhos semelhantes (TABACHNICK; FIDELL, 2013). Por esse motivo, optou-se pela fusão de alguns grupos. Em relação ao local de trabalho considerou-se área legislativa e área administrativa. Sobre a ocupação de função comissionada, também dois grupos: servidores sem função e com FC-1 e FC-2 em um grupo, e servidores com FC-3 acima em outro grupo. Sob o critério da complexidade das tarefas executadas no trabalho, um grupo com os que responderam baixa e média complexidade, e outro que respondeu alta complexidade. Em relação ao grau de dificuldade para concluir o curso, um grupo com os que responderam dificuldade média, e o outro com os que responderam dificuldade alta e muito alta. Sobre os resultados alcançados, um grupo com os que responderam resultados indiferentes ou suficientes e outro com os que responderam resultados excepcionais. Por fim, sobre a realização de outros cursos após a conclusão do mestrado, um grupo com os que fizeram algum curso e outro com os que não fizeram nenhum curso.

Na sequência, passou-se à análise do resultado do Teste de Levene de cada um dos dez itens de avaliação. Somente na variável independente “Cursos após o

Mestrado”, o teste de Levene apontou todos os itens de avaliação com significâncias maiores que 0,05. A variável “Local de trabalho” não apresentou homocedasticidade para os itens Q03, Q05 e Q08, e as variáveis “Função comissionada”, “Complexidade das tarefas” e “Grau de dificuldade no curso” não apresentaram homocedasticidade para o item Q09. Por fim, a variável “Resultados obtidos no Mestrado” não apresentou homocedasticidade para os itens Q05, Q07 e Q08. A Tabela 14 mostra, em negrito, os resultados homocedásticos do Teste de Levene.

**Tabela 14 – Teste de Levene dos itens de avaliação**

Item	Pergunta	Local de trabalho (sig. 1)	Função comissionada (sig. 2)	Complexidade das tarefas (sig.3)	Grau de dificuldade no curso (sig. 4)	Resultados obtidos no Mestrado (sig. 5)	Cursos após o Mestrado (sig. 6)
Q01	Fazer o Mestrado foi um diferencial para minha atuação profissional	<b>0,426</b>	<b>0,496</b>	<b>0,788</b>	<b>0,274</b>	<b>0,754</b>	<b>0,097</b>
Q02	O fato de o corpo docente ser composto por servidores da Câmara dos Deputados foi um aspecto positivo	<b>0,312</b>	<b>0,168</b>	<b>0,422</b>	<b>0,767</b>	<b>0,982</b>	<b>0,770</b>
Q03	Os conhecimentos obtidos no curso estavam alinhados com minhas necessidades de desenvolvimento profissional	0,029	<b>0,741</b>	<b>0,650</b>	<b>0,142</b>	<b>0,863</b>	<b>0,489</b>
Q04	Após o curso, desenvolvi uma atuação mais efetiva na Câmara dos Deputados	<b>0,528</b>	<b>0,816</b>	<b>0,847</b>	<b>0,916</b>	<b>0,110</b>	<b>0,436</b>
Q05	Me senti estimulado a prosseguir em um processo de formação acadêmica continuada	0,008	<b>0,683</b>	<b>0,975</b>	<b>0,083</b>	0,012	<b>0,612</b>
Q06	Consigo aplicar no meu trabalho os conhecimentos e habilidades aprendidos no curso	<b>0,157</b>	<b>0,351</b>	<b>0,584</b>	<b>0,456</b>	<b>0,591</b>	<b>0,433</b>
Q07	O curso modificou minha compreensão do que é o Parlamento enquanto arena política, casa legislativa e instituição do Estado	<b>0,642</b>	<b>0,086</b>	<b>0,079</b>	<b>0,406</b>	0,012	<b>0,759</b>
Q08	A formação proporcionada no curso é específica do Legislativo e não pode ser oferecida da mesma forma por outra instituição	0,000	<b>0,995</b>	<b>0,467</b>	<b>0,415</b>	0,000	<b>0,272</b>
Q09	Passei para um patamar superior de criticidade e organização do pensamento após o curso	<b>0,500</b>	0,020	0,000	0,004	<b>0,338</b>	<b>0,214</b>
Q10	As disciplinas e o trabalho final me deram mais segurança e confiança	<b>0,963</b>	<b>0,522</b>	<b>0,436</b>	<b>0,486</b>	<b>0,160</b>	<b>0,248</b>

Item	Pergunta	Local de trabalho (sig. 1)	Função comissionada (sig. 2)	Complexidade das tarefas (sig.3)	Grau de dificuldade no curso (sig. 4)	Resultados obtidos no Mestrado (sig. 5)	Cursos após o Mestrado (sig. 6)
	para falar e agir como um servidor do Legislativo						

Fonte: elaborado pelo autor.

A seguir, foi realizada a análise de variância (ANOVA) para os fatores que apresentaram homocedasticidade, conforme a Tabela 15, com destaque, em negrito, para os itens nos quais houve diferença de percepção, ou seja, aqueles com significância menor que 0,05 (TABACHNICK; FIDELL, 2013).

**Tabela 15 – Análise de Variância (ANOVA) dos itens de avaliação**

Item	Pergunta	Local de trabalho (sig. 1)	Função comissionada (sig. 2)	Complexidade das tarefas (sig.3)	Grau de dificuldade no curso (sig. 4)	Resultados obtidos no Mestrado (sig. 5)	Cursos após o Mestrado (sig. 6)
Q01	Fazer o Mestrado foi um diferencial para minha atuação profissional	0,896	0,539	0,873	0,195	0,095	0,319
Q02	O fato de o corpo docente ser composto por servidores da Câmara dos Deputados foi um aspecto positivo	0,514	0,651	0,778	0,652	0,794	0,874
Q03	Os conhecimentos obtidos no curso estavam alinhados com minhas necessidades de desenvolvimento profissional	-	0,832	0,345	0,328	0,054	0,733
Q04	Após o curso, desenvolvi uma atuação mais efetiva na Câmara dos Deputados	0,711	0,895	0,815	0,746	<b>0,009</b>	0,629
Q05	Me senti estimulado a prosseguir em um processo de formação acadêmica continuada	-	0,724	0,480	0,807	-	0,850
Q06	Consigo aplicar no meu trabalho os conhecimentos e habilidades aprendidos no curso	0,074	0,222	0,262	0,920	0,155	0,897
Q07	O curso modificou minha compreensão do que é o Parlamento enquanto arena política, casa legislativa e instituição do Estado	0,968	0,445	0,271	0,659	-	0,615

Item	Pergunta	Local de trabalho (sig. 1)	Função comissionada (sig. 2)	Complexidade das tarefas (sig.3)	Grau de dificuldade no curso (sig. 4)	Resultados obtidos no Mestrado (sig. 5)	Cursos após o Mestrado (sig. 6)
Q08	A formação proporcionada no curso é específica do Legislativo e não pode ser oferecida da mesma forma por outra instituição	-	0,668	0,853	0,766	-	0,621
Q09	Passei para um patamar superior de criticidade e organização do pensamento após o curso	0,771	-	-	-	0,848	0,396
Q10	As disciplinas e o trabalho final me deram mais segurança e confiança para falar e agir como um servidor do Legislativo	0,925	0,309	0,661	0,166	0,335	0,474

Fonte: elaborado pelo autor.

A única variável que apresentou significância (Sig.) menor que 0,05 foi “Resultados obtidos no Mestrado”, em relação ao item Q04: “após o curso, desenvolvi uma atuação mais efetiva na Câmara dos Deputados”. Essa diferença pode ser visualizada por meio da Tabela 16.

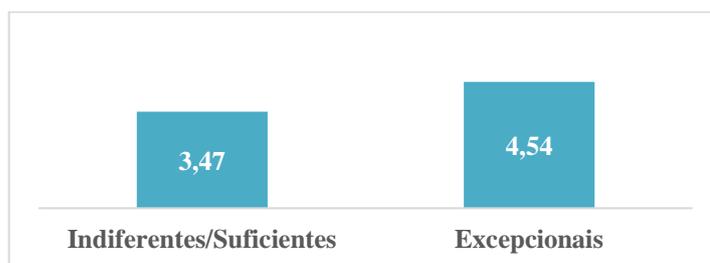
**Tabela 16 – Diferença de percepção – Resultados obtidos no Mestrado**

Item	Pergunta	Resultados obtidos no Mestrado	Média	Desvio-padrão	Moda	Mínimo	Máximo
Q04	Após o curso, desenvolvi uma atuação mais efetiva na Câmara dos Deputados	Indiferentes/Suficientes	3,47	1,12	5	1	5
		Excepcionais	4,54	0,68	5	3	5

Fonte: elaborado pelo autor.

A comparação das médias de percepção do item Q4 em relação à variável “Resultados obtidos no Mestrado” pode ser verificada na Figura 4.

**Figura 4 – médias de percepção do item Q4 em relação à variável “Resultados obtidos no Mestrado”**



Fonte: elaborado pelo autor.

O resultado demonstra que os egressos que declararam ter alcançado resultados excepcionais com a realização do mestrado apresentaram média de percepção cerca de 31% no item Q4 (“após o curso, desenvolvi uma atuação mais efetiva na Câmara dos Deputados”). Essa informação sugere que os egressos podem associar os resultados alcançados com o curso ao aprimoramento da carreira profissional na instituição, o que configura resultado bastante relevante para o curso, pois verifica-se possível associação direta entre desempenho de alto nível acadêmico e maior efetividade da atuação dos servidores na Câmara.

O fato de não ter sido encontrada variância expressiva de percepção nas demais variáveis também constitui resultado importante de pesquisa e deve ser analisado. Em relação ao local de trabalho, verificou-se não fazer diferença se o servidor atua na área legislativa ou administrativa, o que reforça a ideia de que o Mestrado possibilita crescimento profissional para os servidores de todas as áreas, e não somente da área legislativa, devendo, portanto, permanecer aberto a todos os setores da Casa.

Considerando o aspecto de ocupação de função comissionada, também não se verificou diferença significativa de percepção, o que demonstra o alcance da preparação acadêmica em alto nível sobre todos os níveis hierárquicos da Casa, e não somente para aqueles que ocupem posições de maior responsabilidade.

Em relação ao aspecto de complexidade das tarefas, a ausência de expressivas variâncias de percepção pode demonstrar que não faz diferença se o servidor lida com atividades de alta complexidade, mas também pode explicitar que há profissionais de alto nível que poderiam estar realizando atividades de maior complexidade e, dessa forma, prestando serviços de mais alto nível para a instituição.

O grau de dificuldade percebido pelo egresso no decorrer da realização do curso também não resultou em diferenças expressivas de percepção dos itens de avaliação. Essa informação pode demonstrar que o nível do curso não precisa ser exaustivo para

resultar em excelência acadêmica, mas tem atendido ao objetivo de prover aprimoramento profissional e educação para a democracia.

Por fim, em relação aos cursos realizados após o Mestrado, pode-se depreender do resultado que o formato de mestrado profissionalizante tem possibilitado formação suficiente para que os egressos tenham percepção positiva, sem necessariamente prosseguirem na carreira acadêmica posteriormente.

## 4. Considerações finais

O presente estudo possibilitou o alcance dos objetivos estabelecidos, garantindo, dessa forma, a consecução do objetivo geral, além de abordar importantes aspectos relacionados à política pública de educação legislativa no contexto da Câmara dos Deputados. Nesse sentido, este capítulo final apresenta a síntese dos resultados da pesquisa e suas contribuições acadêmicas, implicações gerenciais, limitações e sugestões para futuros trabalhos.

### 4.1. Síntese dos principais resultados

O objetivo geral deste estudo consistiu em identificar e descrever a importância do curso de Mestrado em Poder Legislativo para a formação do egresso na sua trajetória profissional como servidor efetivo da Câmara dos Deputados. Considerando as informações sobre a situação profissional dos egressos anterior e posteriormente à realização do curso, foram encontrados os seguintes resultados:

- Aumento de 11 pontos percentuais na lotação de servidores na área legislativa, que passou de 57% para 68% do total dos egressos participantes da pesquisa;
- Aumento de 11 pontos percentuais na quantidade de servidores ocupantes de função comissionada, que passou de 68% para 79% do total dos egressos participantes da pesquisa;
- Aumento de 30 pontos percentuais na quantidade de servidores que avaliam como alta a complexidade das tarefas realizadas no trabalho, passando de 58% para 88% do total dos egressos participantes da pesquisa.

Tendo em vista a avaliação da experiência dos egressos no decorrer do curso sob o ponto de vista acadêmico, os resultados foram os seguintes:

- 65% dos egressos pesquisados consideraram alto ou muito alto o grau de dificuldade para concluir o curso;
- 90% declararam ter alcançado seus objetivos com a realização do curso, sendo 50% que consideraram os resultados como satisfatórios e 40% que os consideraram como excepcionais;

- 72% não realizaram mais nenhum curso após a conclusão do Mestrado, que consideraram suficiente para sua formação acadêmica.

Considerando os critérios propostos para avaliação do curso, verificou-se que os itens melhor avaliados (média ou moda 4 acima) foram: Q09 (passei para um patamar superior de criticidade e organização do pensamento após o curso), Q10 (as disciplinas e o trabalho final me deram mais segurança e confiança para falar e agir como um servidor do Legislativo), e Q03 (os conhecimentos obtidos no curso estavam alinhados com minhas necessidades de desenvolvimento profissional).

Por outro lado, os itens com avaliação mais baixa foram: Q08 (“a formação proporcionada no curso é específica do Legislativo e não pode ser oferecida da mesma forma por outra instituição”), Q04 (“após o curso, desenvolvi uma atuação mais efetiva na Câmara dos Deputados”), e Q05 (“Me senti estimulado a prosseguir em um processo de formação acadêmica continuada”), compondo o quadro de pontos críticos a serem analisados pelos gestores organizacionais.

Em seguida, buscou-se verificar se aspectos do perfil dos egressos influenciam a percepção dos egressos em relação à avaliação do curso. Os resultados apontaram que apenas a variável “Resultados obtidos no Mestrado” apresenta diferenças relevantes de percepção em relação ao item Q04: “após o curso, desenvolvi uma atuação mais efetiva na Câmara dos Deputados”. Nenhuma outra variável apresentou diferença de percepção, conforme a análise da variância (ANOVA).

#### **4.2. Contribuições acadêmicas e gerenciais**

Este estudo, por intermédio de sua revisão teórica, aplicação de questionários, sistematização e análise dos resultados, contribuiu para o avanço do conhecimento na área de educação legislativa, preenchendo uma importante lacuna identificada na literatura, uma vez que não foram encontrados estudos que explorem a avaliação de egressos de cursos de pós-graduação *stricto sensu* em instituições da administração pública brasileira, apenas *lato sensu* (SENNA, 2011).

Tendo em vista o aspecto gerencial, este estudo apresentou um diagnóstico para os gestores da instituição, ao identificar a percepção dos egressos do Mestrado Profissional em Poder Legislativo, por meio da avaliação realizada pelos servidores da Câmara dos Deputados.

Por fim, deve-se destacar que a temática abordada pelo presente trabalho se reveste de relevância e atualidade, tendo em vista a necessidade de eficiência na prestação dos serviços públicos (GOMES; GUIMARÃES, 2013), a grande importância da atividade legislativa para toda a sociedade brasileira, bem como a necessidade de melhoria da imagem institucional da Câmara dos Deputados (CUNHA, 2006). Nesse sentido, o aprimoramento do corpo de servidores da instituição, com especial foco nas políticas de educação legislativa, possibilita o alcance de patamares superiores de desempenho (GUIMARÃES, 2000), configurando, em última análise, uma contribuição social desta pesquisa aos cidadãos brasileiros de forma geral, os quais constituem os “clientes” dos serviços e projetos prestados pela instituição.

#### **4.3. Limitações e recomendações para estudos futuros**

Tendo em vista as limitações e recomendações para futuras pesquisas, mais pesquisas são necessárias para corroborar, ou não, o que foi aqui encontrado. Estudos multimétodo, incorporando análises qualitativas, podem ser realizados, no intuito de aprofundar a compreensão da relação entre as variáveis, pois propiciam triangulação metodológica, permitindo uma melhor compreensão do fenômeno. Esse aprofundamento do conhecimento reveste-se de especial importância, especialmente para fenômenos que estão sendo estudados há pouco tempo no Brasil, como é o caso da educação legislativa.

A coleta das informações em um único período também consiste em uma limitação do presente estudo. Dessa forma, recomenda-se que estudos futuros utilizem dados longitudinais, além de amostras de cursos de diferentes organizações públicas, em distintas esferas governamentais e poderes públicos. Outra sugestão viável refere-se à realização de estudos comparativos com outras instituições públicas, a fim de se verificar se os resultados obtidos por meio dos instrumentos de pesquisa utilizados neste trabalho se confirmam para outra amostra de natureza semelhante, em que pode haver a necessidade de inclusão ou exclusão de itens. Por fim, deve-se considerar que, por ter sido conduzida em uma única instituição, esta pesquisa pode ter sido influenciada por fatores relacionados à cultura organizacional, que geram vieses de interpretação a respeito dos itens do questionário utilizado.

Em resumo, apesar das limitações apresentadas, o principal objetivo desse estudo foi alcançado, por meio da avaliação do impacto resultante da formação obtida

por meio do Mestrado Profissional em Poder Legislativo. Futuros estudos sobre educação legislativa poderão contribuir, portanto, para o aprimoramento da formação dos servidores, trazendo melhores resultados para a organização e, em última análise, para os cidadãos, uma vez que a Câmara dos Deputados é considerada a “Casa do Povo”, que deve representar seus direitos e interesses, a qual poderia ser palco para uma efetiva educação para a democracia.

## Referências bibliográficas

ARAÚJO, R. F.; ALVARENGA, L. **A bibliometria na pesquisa científica da pós-graduação brasileira de 1987 a 2007**. Revista Eletrônica de Biblioteconomia, 16(31), 51-70, 2011.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESCOLAS DO LEGISLATIVO E DE CONTAS. **Listagem de escolas**. Disponível em: <https://www.portalabel.org.br/escolas/2-uncategorised/838-escolas>. Acesso em: 28 jul. 2020.

BRAGA, R. J.; GUIMARÃES, A. S.; MIRANDA, R. C. R. **Construindo o saber legislativo: a experiência do mestrado profissional da Câmara dos Deputados**. Revista de Informação Legislativa, ano 51, n. 202, p. 77-91, abr.-jun. 2014.

BRASIL. **Decreto n. 5.707**. Diário Oficial da União, Seção 1, p. 3, Brasília, 2006.

\_\_\_\_\_. **Portaria normativa n. 7**. Dispõe sobre o mestrado profissional no âmbito da Fundação Coordenação Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes. Diário Oficial da União, Seção 1, p. 48, Brasília, 2009.

\_\_\_\_\_. **Curso de mestrado em poder legislativo: projeto pedagógico-administrativo**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2011.

\_\_\_\_\_. **Relatório Técnico do Mestrado Profissional em Poder Legislativo: Autoavaliação – Quadriênio 2017-2020**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2019.

BUTORI, M. M. R. **Educação legislativa: as escolas do legislativo nas câmaras municipais de Minas Gerais**. Revista Estudos Legislativos, ano 08, n. 08, p. 229-267, 2014.

CARVALHO, V. N. **Escolas do legislativo e a educação para a democracia**. Revista E-legis, n. 15, p. 46-61, set.-dez. 2014.

COSSON, R. **Escolas do legislativo, escolas de democracia**. Série Colóquios de Excelência, nº 1. Brasília: Edições Câmara, 2008.

COSSON, R; COSTA, P; DIAS, R; SENNA, R. (2011) **Educação superior e legislativo: um espaço em construção**. In: BARROS, A. e PERLIN, G. **Olhares sobre o Parlamento: incursões acadêmicas no território político**. Série Relatos de Pesquisa, n. 1. Brasília: Edições Câmara, 2011.

CUNHA, A. M. **Patronagem, clientelismo e redes clientelares: a aparente duração alargada de um mesmo conceito na história política brasileira**. Revista História, 25(1), 226-247, 2006.

DEADRICK, D. L.; GIBSON, P. A. **Revisiting the research-practice gap in HR: A longitudinal analysis**. Human Resource Management Review, 19, 144–153, 2009.

DEMO, G.; OLIVEIRA, A. F.; COSTA, A.C. **Resiliência no trabalho: revisão bibliométrica sistemática no contexto brasileiro e itinerários da produção nacional**. Revista Psicologia: Organizações e Trabalho, 17(3), 180-189, 2017.

DEMO, G.; PASCHOAL, T. **Well-being at work scale: exploratory and confirmatory validation in the USA**. Revista Paidéia, 26(63), 35-43, 2016.

DYBA, T.; DINGSOY, T. **Strength of evidence in Systematic Reviews in software engineering**. Empirical Software Engineering and Measurement (ESEM'08), 178-187, 2008.

FORMOLO, M. **Qualidade do ensino da educação para a democracia**. Revista Estudos Legislativos, ano 07, n. 07, p. 211-228, 2013.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOMES, A. O.; GUIMARÃES, T. A. **Desempenho no Judiciário: conceituação, estado da arte e agenda de pesquisa**. Revista de Administração Pública, 47(2), 379-401, 2013.

GUIMARÃES, T. A. **A nova administração pública e a abordagem da competência**. Revista de Administração Pública, 34(3), 125-140, 2000.

MARQUES JÚNIOR, A. M. **Educação legislativa: as escolas do legislativo e a função educativa do Parlamento**. Revista E-legis, n. 03, p. 73-86, 2º semestre, 2009.

RIBEIRO, G. W. **Informação, aprendizagem e inovação nas Câmaras Municipais de Minas Gerais**. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2010.

ROCHA, H. S. N. **Educação para a democracia: a Câmara dos Deputados no centro da questão**. Revista E-legis, n. 07, p. 73-93, 2º semestre, 2011.

SENNA, R. **Avaliação de egressos de curso de especialização em uma escola do legislativo: impactos na vida pessoal e profissional**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações da Universidade de Brasília. Brasília, 2011.

TABACHNICK, B. G.; FIDELL, L. S. **Using Multivariate Statistics**. Boston: Pearson, 2013.

WU, X.; RAMESH, M.; HOWLETT, M.; FRITZEN, S. **Guia de políticas públicas: gerenciando processos**. Brasília: ENAP, 2014.

## Anexo A – Questionário estruturado

### AVALIAÇÃO DE EGRESSOS DO CURSO DE MESTRADO PROFISSIONAL EM PODER LEGISLATIVO – CÂMARA DOS DEPUTADOS

Questionário utilizado como parte do Trabalho de Conclusão de Curso da Especialização em  
Avaliação de Políticas Públicas - ISC/CEFOR/ILB.

Data de preenchimento do questionário: \_\_\_/\_\_\_/2020

#### Perfil do Egresso

1) Qual o seu local de trabalho na Câmara dos Deputados? (assinale uma resposta em cada coluna)

Local	Antes do Curso	Hoje
Órgãos ligados à MESA: Procuradoria Parlamentar; Presidência; Vice-Presidências; 1ª, 2ª, 3ª ou 4ª Secretarias; Ouvidoria Parlamentar; Lideranças, etc ou Gabinetes Parlamentares.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Órgãos responsáveis pelas atividades legislativas: SGM; Diretoria Legislativa (CEDI, Consultoria de Orçamento, CONLE, DECOM, Comissões, DETAQ); DEAPA.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
SECOM; SECIN ou órgãos ligados à Diretoria-Geral (APROGE, ATEC, DITEC, COHAB, DEPOL, Centro Cultural).	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Órgãos ligados à Diretoria Administrativa (DEFIN, DEMAP, DETEC, etc) ou à Diretoria de RH (CEFOR, DEMED, DEPES, Pró-Saúde, etc).	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Não trabalho mais na Câmara dos Deputados.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

2) Qual sua situação funcional na Câmara dos Deputados? (assinale uma resposta em cada coluna)

Cargo	Antes do Curso	Hoje
Servidor(a) Efetivo(a)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Cargo de Natureza Especial	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Secretário(a) Parlamentar	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Outro	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Não trabalho mais na Câmara dos Deputados.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

3) No caso de Servidor(a) Efetivo(a), indique a FC ocupada (assinale uma resposta em cada coluna).

Função	Antes do Curso	Hoje
FC-1	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
FC-2	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
FC-3	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
FC-4	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
FC-5	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
FC-6	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Não ocupante de Função Comissionada	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

4) No caso de CNE ou Secretário Parlamentar, discrimine a função exercida ou cargo ocupado antes e depois do curso:

---

5) Como você classifica a complexidade da sua principal atividade desenvolvida no trabalho? (Assinale uma resposta em cada coluna)

Classificação	Antes do Curso	Hoje
Muito baixa	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Baixa	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Média	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Alta	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Muito alta	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

6) Como você classifica o grau de dificuldade enfrentado para cumprir as tarefas e atividades do curso?

Classificação	Resposta
Muito baixa	<input type="radio"/>
Baixa	<input type="radio"/>
Média	<input type="radio"/>
Alta	<input type="radio"/>
Muito alta	<input type="radio"/>

7) O Curso de Mestrado em Poder Legislativo tem por objetivo contribuir para o aprimoramento da atuação institucional do Legislativo por meio da formação de profissionais em cursos de educação superior e da organização da produção e circulação de um conhecimento próprio da Câmara dos Deputados, em particular, e do Parlamento, em geral. Diante desse objetivo geral, como você classifica os resultados alcançados por você ao realizar esse curso?

Classificação	Resposta
Muito insuficientes	<input type="radio"/>
Insuficientes	<input type="radio"/>
Indiferentes	<input type="radio"/>
Suficientes	<input type="radio"/>
Excepcionais	<input type="radio"/>

8) Você realizou mais algum curso após a conclusão do Mestrado em Poder Legislativo? (caso necessário, marque mais de uma opção).

Curso	Resposta
Graduação	<input type="radio"/>
Especialização	<input type="radio"/>
Mestrado	<input type="radio"/>
Doutorado	<input type="radio"/>
Pós-doutorado	<input type="radio"/>
Outro	
Não realizei outro curso	

## II – Avaliação do Curso

Você deve avaliar cada uma das afirmativas seguintes de acordo com a escala abaixo, indicando o quanto você concorda ou discorda de cada uma delas, escolhendo o número que melhor reflete a sua percepção em relação a sua experiência no Mestrado em Poder Legislativo.

- 1 Discordo totalmente  
 2 Discordo  
 3 Não concordo nem discordo  
 4 Concordo  
 5 Concordo totalmente

1 - Fazer o Mestrado foi um diferencial para minha atuação profissional.

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>				

2 - O fato de o corpo docente ser composto por servidores da Câmara dos Deputados foi um aspecto positivo.

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>				

3 - Os conhecimentos obtidos no curso estavam alinhados com minhas necessidades de desenvolvimento profissional.

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>				

4 - Após o curso, desenvolvi uma atuação mais efetiva na Câmara dos Deputados.

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>				

5 - Me senti estimulado a prosseguir em um processo de formação acadêmica continuada.

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>				

6 - Consigo aplicar no meu trabalho os conhecimentos e habilidades aprendidos no curso.

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>				

7 - O curso modificou minha compreensão do que é o Parlamento enquanto arena política, casa legislativa e instituição do Estado.

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>				

8 - A formação proporcionada no curso é específica do Legislativo e não pode ser oferecida da mesma forma por outra instituição.

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>				

9 - Passei para um patamar superior de criticidade e organização do pensamento após o curso.

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>				

10 - As disciplinas e o trabalho final me deram mais segurança e confiança para falar e agir como um servidor do Legislativo.

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>				

### **Missão**

Aprimorar a Administração Pública em benefício da sociedade por meio do controle externo

### **Visão**

Ser referência na promoção de uma Administração Pública efetiva, ética, ágil e responsável